

**Ministério de Minas e Energia****AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA****RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 1.297,
DE 25 DE MARÇO DE 2008**

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES, as áreas de terra que especifica, necessárias à passagem da linha de transmissão, que conectará a Subestação Mascarenhas à Subestação Verona, localizadas nos Municípios de Baixo Guandu, Colatina, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 23, inciso IX, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "c", do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, na Resolução nº 279, de 11 de setembro de 2007, com base no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, e o que consta do Processo nº 48500.001027/2008-71, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES, as áreas de terra situadas numa faixa de quarenta metros de largura, necessárias à implantação da linha de transmissão, com extensão aproximada de 110 km (cento e dez quilômetros), tensão nominal de 230 kV entre fases, conectando a Subestação Mascarenhas à Subestação Verona, localizadas nos Municípios de Baixo Guandu, Colatina, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Nova Venécia, no Estado do Espírito Santo, de acordo com o respectivo projeto e plantas constantes do processo supracitado.

Art. 2º Em decorrência da presente declaração de utilidade pública, poderá a ETES praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de transmissão de energia elétrica, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída.

Art. 3º Os proprietários das áreas de terra referidas no art. 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão constituída, abstendo-se, em consequência, de praticar quaisquer atos que a embarcamento ou lhe causem danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 4º Autorizar a ETES a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Fica a ETES obrigada a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da linha de transmissão.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 1.306
DE 25 DE MARÇO DE 2008**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Manaus Energia S.A., as áreas de terra necessárias à implantação da Subestação Mauá III, localizadas no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 23, inciso VIII, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "b", do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, na Resolução nº 279, de 11 de setembro de 2007, com base no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, e o que consta do Processo nº 48500.006783/2007-13, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Manaus Energia S.A., as áreas de terra que perfazem uma superfície total de 126.000 m² (cento e vinte e seis mil

metros quadrados), localizadas no Município de Manaus, Estado do Amazonas, necessárias à implantação da Subestação Mauá III, representada no desenho intitulado: "SE 230kV MAUÁ III - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO - UMA-MAO-002-2006", escala 1:2000, de outubro de 2007.

§ 1º A área de terra necessária à implantação da Subestação Mauá III referida no "caput" deste artigo descreve-se e caracteriza-se por meio de distâncias e coordenadas dos vértices do polígono, com os limites e confrontações conforme descritos no Anexo desta Resolução.

§ 2º A Manaus Energia S.A. deverá fiscalizar as terras destinadas à implantação da Subestação Mauá III, promovendo a gestão sócio-patrimonial das mesmas e comunicar à ANEEL eventual alteração da superfície total da área referida no "caput".

Art. 2º Em decorrência da presente declaração de utilidade pública, poderá a Manaus Energia S.A. praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da subestação de energia elétrica.

Art. 3º Autorizar a Manaus Energia S.A. a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da desapropriação prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 4º Fica a Manaus Energia S.A. obrigada a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da subestação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

ANEXO

Partindo do Vértice V-1 de coordenadas E-174.467.957 e N-9.654.788.620 situado no Igarapé do Mauá, segue confrontando com o Igarapé do Mauá com a distância de 90,00 metros e o azimute plano de 345°00'42" até o vértice V-2 de coordenadas E-174.444.680 e N-9.654.875.558, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá, com a distância de 103,00 metros e azimute plano de 6°30'42" até o vértice V-3 de coordenadas E-174.456.361 e N-9.654.977.893, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá com a distância de 120,00 metros e azimute plano de 12°40'42" até o vértice V-4 de coordenadas E-174.482.698 e N-9.655.094.968, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá com a distância de 50,60 metros e azimute plano de 334°52'42" até o vértice V-5 de coordenadas E-174.461.216 e N-9.655.140.781, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá, com a distância de 98,40 metros e azimute plano de 284°10'42" até o vértice V-6 de coordenadas E-174.365.814 e N-9.655.164.883, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá. Com a distância de 38,00 metros e azimute plano de 271°45'42" até o vértice V-7 de coordenadas E-174.327.832 e N-9.655.166.051, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá. Com a distância de 58,40 metros e azimute plano de 246°55'42" até o vértice V-8 de coordenadas E-174.274.103 e N-9.655.143.163, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá, com a distância de 73,10 metros e azimute plano de 229°20'42" até o vértice V-9 de coordenadas E-174.218.646 e N-9.655.083.541, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá. Com a distância de 46,80 metros e azimute plano de 255°24'42" até o vértice V-10 de coordenadas E-174.173.355 e N-9.655.083.753, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá com a distância de 348,20 metros e azimute plano de 273°04'42" até o vértice V-11 de coordenadas E-173.825.657 e N-9.655.102.451, deste segue confrontando com a Rua Solimões, com a distância de 155,50 metros e azimute plano de 160°54'42" até o vértice V-12 de coordenadas E-173.876.525 e N-9.654.955.457, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá. Com a distância de 161,80 metros e azimute plano de 111°09'42" até o vértice V-13 de coordenadas E-174.027.399 e N-9.654.897.092, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá com a distância de 80,70 metros e azimute plano de 75°42'42" até o vértice V-14 de coordenadas E-174.105.603 e N-9.654.917.009, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá, com a distância de 124,00 metros e azimute plano de 82°02'42" até o vértice V-15 de coordenadas E-174.228.409 e N-9.654.934.170, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá. Com a distância de 58,00 metros e azimute plano de 74°22'42" até o vértice V-16 de coordenadas E-174.284.267 e N-9.654.949.788, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá, com a distância de 21,00 metros e azimute plano de 62°22'42" até o vértice V-17 de coordenadas E-174.302.873 e N-9.654.959.523, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá, com a distância de 20,50 metros e azimute plano de 123°22'42" até o vértice V-18 de coordenadas E-174.319.992 e N-9.654.948.249, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá. Com a distância de 48,00 metros e azimute plano de 172°41'42" até o vértice V-19 de coordenadas E-174.326.035 e N-9.654.900.636, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá, com a distância de 40,80 metros e azimute plano de 127°41'42" até o vértice V-20 de coordenadas E-174.358.380 e N-9.654.875.688, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá, com a distância de 43,20 metros e azimute plano de 114°01'42" até o vértice V-21 de coordenadas E-174.383.755 e N-9.654.840.726, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá. Com a distância de 92,50 metros e azimute plano de 137°47'48" até o vértice V-22 de coordenadas E-174.445.893 e N-9.654.772.205, deste segue confrontando com o Igarapé do Mauá, com a distância de 27,50 metros e azimute plano de 53°21'10" até o vértice V-1; ponto final da descrição deste perímetro.

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 1.308
DE 25 DE MARÇO DE 2008**

Autoriza a Multifase Centrais de Energia do Brasil Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Água Limpa Multifase, localizado nos Municípios de Mariluz e Alto Piquiri, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pelo art. 8º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, no art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 4º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com base no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, nas Resoluções nº 365, de 4 de dezembro de 1998, nº 652, de 9 de dezembro de 2004, na Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, com redação dada pela Resolução Normativa nº 271, de 3 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.002546/2002-71, resolve:

Art. 1º Autorizar a Multifase Centrais de Energia do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.888.799/0001-55, com sede na Av. João Gualberto, nº 1673, 12º andar, sala 123, Curitiba, Estado do Paraná, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Água Limpa Multifase, com 23.000 kW de potência instalada, localizado às coordenadas 24° 07' 26" S e 53° 15' 29" W, no rio Goio-Erê, bacia hidrográfica do Paraná, sub-bacia Piquiri, nos Municípios de Mariluz e Alto Piquiri, Estado do Paraná.

§ 1º A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996 e no art. 26, § 5º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003.

§ 2º Para aprovação do Projeto Básico da PCH Água Limpa Multifase, a autorizada deverá apresentar à ANEEL o Licenciamento Ambiental.

Art. 2º Autorizar a Multifase Centrais de Energia do Brasil Ltda. a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Água Limpa Multifase, constituídas de uma subestação da usina com capacidade total de 25.000 kVA, 6,9/138 kV, interligando-se ao sistema de transmissão através de um ramal de circuito duplo, em 138 kV, com aproximadamente 0,3 km de extensão até o ponto de secionamento de linha, com o interligador de barras das Subestações Assis Chateaubriand e Umuarama, pertencentes à COPEL Distribuição S.A.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - implantar e operar a PCH Água Limpa Multifase conforme cronograma apresentado à ANEEL, obedecendo aos marcos a seguir descritos:

- a) obtenção da Licença de Instalação: 15 de dezembro de 2008;
- b) início da montagem do canteiro de obras e acampamento: 1º de janeiro de 2009;
- c) início das obras civis das estruturas: 1º de fevereiro de 2009;
- d) início das obras de desvio do rio: 1º de junho de 2009;
- e) início da concretagem da casa de força: 20 de julho de 2009;
- f) início da montagem eletromecânica: 20 de julho de 2009;
- g) início de comissionamento das unidades geradoras: 1º de setembro de 2010;
- h) início de operação comercial das unidades geradoras: 1º de dezembro de 2010.

II - cumprir e fazer cumprir todas as exigências da presente autorização, da legislação atual e superveniente que disciplina a exploração de potenciais hidráulicos, respondendo perante a ANEEL, usuários e terceiros, pelas eventuais consequências danosas decorrentes da exploração da PCH;

III - efetuar solicitação de acesso, nos termos da Resolução nº 281, de 1º de outubro de 1999, observando especialmente o disposto no art. 9º, quanto aos prazos compatíveis com o atendimento do cronograma de implantação da central geradora hidrelétrica;

IV - celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, nos termos da regulamentação vigente;

V - efetuar o pagamento, nas épocas próprias definidas nas normas específicas:

- a) das cotas mensais da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que lhe forem atribuídas;
- b) da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, nos termos da legislação específica; e
- c) dos encargos de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, quando devidos, celebrando, em conformidade com a regulamentação específica, os contratos de uso e de conexão requeridos.

VI - executar as obras correspondentes, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas, de acordo com o cronograma físico de implantação do empreendimento aprovado pela ANEEL, por sua conta e risco, assumindo os ônus e responsabi-



lidades pelos eventuais atrasos, ressalvados os provocados por atos do Poder Público e os decorrentes de casos fortuitos ou de força maior;

VII - efetivar todas as aquisições, desapropriações ou instituir serviços administrativos referentes aos terrenos e benfeitorias necessárias à realização das obras da PCH e dos projetos ambientais, inclusive reassentamento da população atingida, se houver, assumindo os custos correspondentes, devendo efetuar, também, as indenizações devidas por danos decorrentes das obras e serviços, causados a terceiros, cujos direitos ficam ressalvados nesta autorização;

VIII - organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração, comunicando à ANEEL qualquer alteração das características das unidades geradoras;

IX - manter em arquivo, à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos da usina;

X - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral que venha a ser estabelecida pela ANEEL, especialmente àqueles relativas à produção e comercialização de energia elétrica, nos termos desta autorização;

XI - manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH em perfeitas condições de funcionamento e conservação, provendo adequado estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e treinado e em número suficiente para assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração da PCH;

XII - submeter-se à fiscalização, permitindo aos técnicos da ANEEL, em qualquer época, livre acesso às obras e demais instalações compreendidas pela autorização, bem como o exame de todos os assentamentos gráficos, quadros e demais documentos da autorizada relativos à usina, para verificação, dentre outras, das vazões turbinadas e verdadeiras, níveis d'água, potências, frequências, tensões e energia produzida e consumida;

XIII - respeitar a legislação ambiental e articular-se com o órgão competente, com vistas à obtenção das licenças ambientais, cumprindo as exigências nelas contidas, encaminhando cópia dessas licenças à ANEEL, respondendo pelas consequências do descumprimento das leis, regulamentos e licenças;

XIV - respeitar a legislação de recursos hídricos e articular-se com o órgão competente, com vistas a preservar e manter as condições estabelecidas na autorização, respeitando os limites máximos de vazão determinados, bem como a vazão de restrição, respondendo pelas consequências do descumprimento das leis, regulamentos e autorizações;

XV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidas pela ANEEL, bem como a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração da PCH;

XVI - prestar todas as informações relativas ao andamento do empreendimento, facilitar os serviços de fiscalização, comunicando a conclusão das obras, bem como cumprir as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 433 de 26 de agosto de 2003 e

XVII - solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Parágrafo único. Descumpridos os prazos referidos no inciso I deste artigo, iniciar-se-á o processo de revogação da autorização.

Art. 4º Constituem direitos da autorizada:

I - contratar livremente os estudos, projetos, o fornecimento de equipamentos, a construção e a montagem necessárias à exploração da PCH;

II - estabelecer as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH;

III - promover, em seu próprio nome, as desapropriações, e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, de acordo com o art. 10 da Lei nº 9.074, de 1995, necessárias ou úteis à construção e posterior operação da usina e suas instalações de transmissão de interesse restrito, arcando com o ônus das indenizações correspondentes;

IV - instituir serviços administrativos em terrenos de domínio público, de acordo com os regulamentos;

V - acessar livremente, na forma da legislação, os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos, de modo a permitir a utilização da energia produzida na PCH;

VI - oferecer os bens e instalações, a energia elétrica a ser produzida e a receita decorrente dos contratos de compra e venda dessa energia, em garantia de financiamentos para a realização das obras ou serviços, devendo constar dos eventuais contratos de financiamento a expressa renúncia dos agentes financiadores a qualquer ação ou direito contra a ANEEL e o Poder Concedente, em decorrência do desatendimento pela autorizada dos compromissos financeiros assumidos;

VII - comercializar, nos termos da presente autorização e de outras disposições regulamentares e legais, a potência e a energia da PCH;

VIII - modificar ou ampliar a PCH, mediante prévia autorização da ANEEL; e

IX - ceder, mediante prévia anuência da ANEEL, os direitos e obrigações decorrentes desta autorização para empresa ou consórcio de empresas.

Art. 5º Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado as tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada pela PCH Água Limpa Multifase, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada.

Parágrafo único. O percentual de redução deverá perdurar enquanto a potência instalada for menor ou igual a 30.000 kW e vigorar a partir da publicação desta Resolução.

Art. 6º O andamento das obras e a exploração da PCH serão acompanhados e fiscalizados tecnicamente pela ANEEL, diretamente

ou por meio de prepostos, os quais terão livre acesso às obras, instalações e equipamentos vinculados à autorização, podendo requisitar da autorizada as informações e dados necessários para tanto.

Parágrafo único. Ao término dos ensaios operacionais da primeira unidade, cujo programa de realização deverá ser informado à ANEEL com 30 (trinta) dias de antecedência, e mediante apresentação da Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental responsável, o início da operação comercial da PCH será autorizado pela ANEEL, mediante certificado, quando comprovada sua adequação técnica e após inspeção em todas as obras e instalações, verificando se as mesmas foram executadas de acordo com os projetos aprovados.

Art. 7º Pelo descumprimento das disposições legais e regulamentares decorrentes da exploração da PCH e não atendimento das solicitações, recomendações e determinações da fiscalização da ANEEL, a autorizada estará sujeita às penalidades previstas na legislação em vigor, na forma estabelecida na Resolução Normativa nº 63 de 12 de maio de 2004, assim como nas normas e regulamentos específicos e supervenientes.

§ 1º A autorizada estará sujeita à penalidade de multa por infração incorrida, no valor máximo correspondente a 2% (dois por cento) de seu faturamento anual, ou do valor econômico estimado para a energia elétrica produzida, referente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimado para um período de doze meses, caso não esteja em operação ou operando por um período inferior.

§ 2º As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, guardando proporção com a gravidade da infração, assegurando-se à autorizada o direito de defesa.

Art. 8º A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação desta Resolução.

§ 1º A autorização será revogada nas seguintes situações:
I - comercialização da energia elétrica produzida em desacordo com as prescrições da legislação específica e desta Resolução;

II - descumprimento das obrigações decorrentes desta autorização e da legislação de regência;

III - transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL;

IV - não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração;

V - descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração da PCH, ou

VI - solicitação da autorizada.

§ 2º A revogação desta autorização não acarretará para a ANEEL, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade com relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada, com relação a terceiros, inclusive seus empregados.

Art. 9º Em caso de descoberta de materiais ou objetos estranhos à obra, de interesse geológico ou arqueológico, deverá ser imediatamente informado ao órgão competente, por serem propriedade da União, sendo que, caso tal descoberta implique em paralisação das obras da PCH, o cronograma físico da obra será revisto pela autorizada e submetido à ANEEL, para aprovação.

Art. 10 Ao final do prazo desta autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Art. 11 Aplicam-se a esta autorização as normas legais relativas à exploração de potenciais hidráulicos, produção e comercialização de energia elétrica, vigentes nesta data e as que vierem a ser editadas pelo Poder Concedente e pela ANEEL.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 1.309 DE 25 DE MARÇO DE 2008

Autoriza a Carneirinho Agroindustrial S.A. a ampliar a capacidade instalada da UTE Carneirinho, localizada no Município de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 4º inciso I, do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, com base no art. 3º-A, inciso II, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, incluído pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução nº 112, de 18 de maio de 1999, no art. 4º inciso III, da Resolução Autorizativa nº 1.021, de 21 de agosto de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.000299/2007-38, resolve:

Art. 1º Autorizar a Carneirinho Agroindustrial S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.767.691/0001-00, com sede na Fazenda Bom Sucesso, s/nº, Zona Rural, Município de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, a ampliar a capacidade instalada da UTE Carneirinho, objeto da Resolução Autorizativa nº 1.021, de 21 de agosto de 2007, localizada no Município de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, mediante a instalação de uma unidade turbo geradora de 12.000 kW, utilizando como combustível o bagaço de cana de açúcar, totalizando 24.000 kW de capacidade instalada.

Parágrafo único. Deverá a Carneirinho Agroindustrial S.A. ampliar a UTE Carneirinho conforme cronograma apresentado à ANEEL, obedecendo aos marcos a seguir descritos:

I - início do comissionamento: até 15 de maio de 2008 e

II - início da operação comercial: até 30 de maio de 2008.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 621, DE 25 DE MARÇO DE 2008

Homologa a transferência do controle societário da Tudelândia Central Elétrica S.A., detido por Raul Velloso Mariath, para Denge Engenharia e Consultoria Ltda.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, com base no art. 4º inciso XI, do Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 06 de outubro de 1997, no art. 2º, inciso XVI, da Resolução nº 708, de 17 de dezembro de 2002, o que consta do Processo nº 48500.006655/2007-61, e considerando:

a transferência do controle societário da Tudelândia Central Elétrica S.A., implementada por meio da sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 23 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Homologar a transferência do controle societário da Tudelândia Central Elétrica S.A., detido por Raul Velloso Mariath, para Denge Engenharia e Consultoria Ltda.

Parágrafo único. A homologação de que trata o "caput" não prejudica processo administrativo punitivo, instaurado em decorrência do não atendimento ao disposto no art. 2º, inciso XVI, da Resolução nº 708, de 17 de dezembro de 2002.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL Em 25 de março de 2008

Nº 1.228 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.006778/2005-41, resolve: (i) aprovar o pedido da empresa Companhia Energética do Amazonas - CEAM para parcelar a multa referente ao Auto de Infração nº 012/2006-SFE, de 13 de abril de 2006, (ii) determinar que o débito de R\$ 828.243,92 seja quitado em 12 parcelas mensais sucessivas, em conformidade com o art. 24 da Resolução Normativa nº 63/2004, (iii) o atraso no pagamento de qualquer das parcelas implicará (a) o cancelamento do parcelamento e o consequente vencimento antecipado da dívida remanescente; e (b) a exigibilidade imediata do pagamento do débito e, na falta da sua pronta quitação, a inscrição da empresa no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados dos Órgãos e Entidades Federais - CADIN, conforme Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Nº 1.229 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta nos autos do Processo 48500.003021/2007-57 e os fatos aqui relatados, resolve por conhecer o recurso e, no mérito, negar provimento, restabelecendo o valor original da multa administrativa estipulada pelo Auto de Infração nº 005/2006-GPE, no valor de R\$ 80.970,27 (oitenta mil novecentos e setenta reais e vinte e sete centavos), à Muxfeldt Marin & Cia. Ltda. - MUX Energia, valor este que deverá ser atualizado nos termos do art. 24 da Resolução Normativa nº 63/2004.

Nº 1.230 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000270/2003-22, resolve conhecer e negar provimento ao recurso administrativo interposto pela CAIUÁ - Serviços de Eletricidade S.A. contra a Resolução Homologatória ANEEL nº 25, de 31 de janeiro de 2005, que dispõe sobre os resultados definitivos de sua primeira revisão tarifária periódica.

Nº 1.231 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000330/2003-52, resolve conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, ratificando o inteiro teor da Resolução Homologatória nº 157, de 1º de agosto de 2005, que homologou o resultado final da terceira revisão tarifária periódica da Concessionária.

Nº 1.232 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003984/2007-51, decide: (i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo Sr. Paulo Roberto Mattje; (ii) conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.; e (iii) reformar a decisão exarada pelo Conselho Superior da AGERGS, permitindo que a Concessionária efetue a cobrança da diferença de consumo de 43.003 kWh, correspondente ao período de 17 de março de 2000 até 17 de março